

A ORTOGRAFIA NA TRADIÇÃO GRAMATICAL LATINA

Antônio Rodrigues de Almeida
Centro de Linguística Histórica

Propusemo-nos apresentar este tema, por nos parecer que, no contexto da agitação de ideias criado em torno de um novo acordo ortográfico, teria interesse atentar com alguma demora na doutrina que a propósito encontramos formulada na tradição gramatical latina e, ainda, na sua aplicação prática.

Trata-se, com efeito, de uma tradição rica de dados tanto teóricos como práticos, razoavelmente bem documentada, situada num período de tempo longo, mas que conserva uma marcada homogeneidade, e que, para nós, tem a vantagem de apresentar um afastamento cronológico suficiente para não aquecer as emoções. Mais importante ainda é o facto de tal tradição constituir a base da nossa, num processo que engloba a continuidade da língua, da teoria gramatical e da representação gráfica.

Âmbito Cronológico. Autores e Obras

Consideramos aqui a tradição ortográfica latina desde o seu início até ao renascimento carolíngio.

O número de autores que, a partir do século IV a.C. se ocuparam de ortografia é bastante elevado (mais de três dezenas). Verificamos, no entanto, que a maior parte das respectivas obras não sobreviveu; assim, por exemplo, de toda a produção anterior aos finais do século I d.C., a que corresponde cerca de metade dos autores, apenas nos restam fragmentos.

Dos textos que chegaram até nós, alguns tratam da ortografia acessoriamente (como a Institutio oratoria de Quintiliano ou as Origines de Isidoro de Sevilha), outros exclusivamente. Os primeiros interessam-nos particularmente pela perspectivação geral e histórica da questão e pelo seu enquadramento no vasto panorama das áreas do saber, os segundos interessam-nos especialmente pela descrição pormenorizada da matéria.

É de Quintiliano o primeiro texto sobre ortografia que chegou até nós completo. Integra-se no livro I da Institutio oratoria, no contexto da breve descrição que faz do currículo escolar prévio ao da retórica. É um texto breve (de uma dúzia de páginas na edição da Belles Lettres), em que, após a definição formal e material de orthographia, passa à enumeração das questões principais, terminando com uma referência aos princípios em que se baseia a ortografia e à utilidade desta.

Uma conclusão há que salientar desde já, uma conclusão tirada da comparação do texto de Quintiliano com os dos séculos posteriores: nele a disciplina orthographica encontra-se já inteiramente constituída, resultando as alterações posteriores ou da adição e supressão de pormenores ou da reordenação da matéria. Isto quer dizer que o cânon ortográfico foi definido antes dos finais do século I d.C. e, conseqüentemente, que os modelos, os exemplos e a referência linguística serão os da época clássica e do início do Império. E isto, por todo o período que consideramos, ou seja de sete séculos.

Definição

Orthographia é uma palavra grega, que os Romanos utilizaram como termo técnico da linguagem gramatical. Este uso tem a sua explicação na dependência da teoria gramatical dos Romanos em relação à dos Gregos e nas condições de simultaneidade da aprendizagem de ambas as línguas e literaturas no currículo escolar desde o século III a.C.

A definição que dela mais frequentemente ocorre nos textos latinos é uma definição etimológica, ou uma tradução mais ou menos literal dos dois elementos que entram na formação da palavra, que em grego tinha um significado transparente. Tal definição encontram-na desde Quintiliano até Isidoro de Sevilha, como recte scribendi scientia (Quintiliano), recta scriptura (Isidoro),

ou, numa formulação mais ampliada, como rectitudo scribendi nullo errore uitata (Cassiodoro).

O termo orthographia designa, no entanto, muito mais que a simples "correção gráfica", uma vez que engloba não só o uso correcto da grafia, mas também o uso correcto dos vocábulos no que se refere ao seu significado. Quintiliano refere-se explicitamente à questão, logo a seguir à sua definição: "cuius ars non in hoc posita est, ut nouerimus, quibus quaeque syllaba litteris constet (nam id quidem infra grammatici officium est), sed totam, ut mea fuit opinio, subtilitatem in dubiis habet". De facto, verifica-se que nas obras que tratam exclusivamente de orthographia, para além da matéria directamente ligada com a correção gráfica, ocorrem muitos dados que só indirectamente lhe dizem respeito, dados de carácter morfológico, sintáctico, fonético, mas sobretudo de carácter semântico, destacando-se os casos de palavras foneticamente próximas mas semanticamente diferentes e de sinónimos. A atenção dada aos valores semânticos aumentará, aliás, com o decorrer dos séculos e acabará por estar relacionada com obras exclusivamente dedicada às chamadas differentiae uerborum. Este crescendo na recorrência a dados não imediatamente gráficos traduz o afastamento progressivo entre a expressão oral e a expressão gráfica a partir da época clássica, em que o cânon ortográfico se constitui.

Princípios gerais

Enquanto recte scribendi scientia, a ortografia docet quemadmodum scribere debeamus (Isidoro), e tal objectivo é conseguido por duas vias:

- a) pela determinação dos erros a evitar;
- b) pela determinação dos critérios de correção, ou, por outras palavras, de recondução da scriptura (ou scriptio) à sua rectitudo (ou ratio).

Quanto à primeira via, é na Orthographia atribuída a Terêncio Escauro que a encontramos formulada mais amplamente. Segundo ela, "scribendi autem ratio quattuor modis uitatur: per adiectionem, detractiōnem, inmutationem,

adnexionem"; isto é, a grafia pode ser viciada de quatro modos:

- a) adição: por exemplo, querella em vez de querela;
- b) supressão: por exemplo, aedus em vez de haedus;
- c) substituição: por exemplo, at em vez de ad;
- d) ligação: por exemplo, em nescio, ao juntar-se o s à primeira sílaba em vez de se juntar à segunda.

Quanto à segunda via, e servindo-nos em conjunto de Quintiliano, Vêrrio Flaco, Terêncio Escauro e Mário Vitorino e de dados avulsos de outros ortógrafos, é-nos possível estabelecer o seguinte elenco de critérios de correcção:

- a) ratio, divisível em:
 - . analogia
 - . etymologia
- b) auctoritas
- c) consuetudo

A ratio constitui o critério básico, que nos textos por vezes se sustenta da própria natureza da língua, mas que explicitamente e mais frequentemente se consubstancia com a doutrina dos gramáticos, na sua vertente normativa, alicerçada fundamentalmente na analogia e ainda na etymologia. Cabe aqui lembrar a definição de ortografia de Suetónio, como "formula ratioque scribendi a grammaticis instituta". Este é o critério que mais vezes encontramos utilizado pelos autores para justificar as suas opções e para definir as suas regras, acontecendo que ratio é utilizada não só para designar o princípio geral em si, mas também para designar "regra", a par com regula.

A auctoritas, por vezes igualmente designada por historia, consiste na recorrência aos auctores, de que se apresenta a doutrina ou de que se fazem citações. Estes auctores são sobretudo anteriores ao século I d.C., embora com o decorrer do tempo outros sejam igualmente incluídos. Assim, por exemplo, a Orthographia de Beda refere autores do século III a.C. ao século VI d.C., constituindo, no entanto, as referências aos autores dos quatro primeiros séculos cerca de 3/4 do total, com especial relevo para Virgílio, que, só por si, tem

cerca de metade.

A consuetudo, ou uso, diz respeito à pronúncia cotidiana.

Estes três critérios revelaram-se suficientes para fundamentar as variadíssimas questões ortográficas. Acontece, no entanto, que os três critérios não são, na maioria dos casos, utilizáveis ao mesmo tempo, havendo que recorrer apenas a um ou dois deles, conforme os casos. E como, nestes casos, nem todos os autores estavam de acordo, a utilização dos critérios apresenta-se marcadamente polémica.

Um factor de perturbação importante era constituído pelo facto de a alteração progressiva da pronúncia ir colidir, mediante o princípio de que deveria haver correspondência entre a pronúncia e a grafia, ir colidir, dizíamos, com a estabilidade da tradição, uma vez que obrigaria a sucessivos reajustamentos.

Um outro factor de perturbação era constituído pela existência de casos anómalos (excepções), que colidia com o critério da analogia.

Haveria, por isso, que alterar a grafia para a manter a par da pronúncia? Isso tornava-se difícil, devido não só ao carácter progressivo do deslizar da pronúncia, considerada em diacronia, mas também às suas variações, consideradas em sincronia, e ainda ao conflito com o critério da auctoritas, isto é, ao peso dos grandes autores considerados como modelos.

Cassiodoro, transcrevendo as palavras de um ortógrafo do século I a.C., refere-se à polémica nestes termos:

Non nulli putant auribus deserviendum atque ita scribendum, ut auditur.

Est enim fere certamen de recta scriptura in hoc, utrum quod audimus,

an quod scribi oporteat, scribendum sit. Ego non omnia auribus dederim.

Com o decorrer dos séculos, a cada vez maior alteração da pronúncia deverá ter levado os ânimos menos fleumáticos a exprimir-se com mais vivacidade; acontece, no entanto, que, no panorama sereno da tradição gramatical latina é excepcional um desabafo como o de um autor do século V d.C. (Papiriano), ao afirmar que:

Aliter scribere, aliter pronuntiare vecordis est.

De qualquer maneira, é o primeiro critério que predomina e com ele a doutrina e os modelos da época clássica, mesmo quando, como em Cassiodoro, o fosso entre a pronúncia e a grafia é tão profundo que constitui já obstáculo ao

entendimento do texto. A este predomínio se refere Quintiliano explicitamente, quando diz:

Iudicium autem suum grammaticus interponat his omnibus;
nam hoc ualere plurimum debet.

para continuar, referindo-se à consuetudo:

Ego, nisi quod consuetudo optinuerit, sic scribendum quidque iudico
quomodo sonat. Hic enim est usus litterarum, ut custodiant uoces
et uelut depositum reddant legentibus; itaque id exprimere debent
quod dicturi sumus.

Inovações

A ortografia latina, tanto na sua teoria como na sua prática, apresenta um percurso histórico rico de inovações até ao século I d.C., fase em que, como referimos, estabilizou.

Restringiremos aqui a nossa análise a três tipos de inovações:

- a) as desencadeadas em virtude da inadequação entre o alfabeto de origem e o sistema fonológico latino;
- b) as resultantes da evolução da língua;
- c) as decorrentes da importação de palavras estrangeiras.

Inovações devidas à inadequação do alfabeto de origem.

O alfabeto latino de 23 letras, tal como o conhecemos hoje, não foi criado expressamente para o Latim nem os seus elementos utilizados todos desde o início. Ele é, antes, uma das muitas importações feitas à cultura grega pelas várias culturas itálicas do primeiro milénio a.C.. Proveniente de uma das variantes do alfabeto grego, ele sofreu os efeitos da mediação de outras culturas inicialmente mais poderosas, como a etrusca e a osca, e à medida que Roma se foi afirmando politicamente, dominando e absorvendo as outras culturas, o alfabeto foi-se progressivamente definindo, num processo de supressão,

modificação e adição de elementos, até à sua forma definitiva.

A primeira observação a fazer é que tal processo vai no sentido da aproximação entre a escrita e a pronúncia, objectivo que várias vezes encontramos explicitamente enunciado.

O alfabeto latino da época clássica era constituído por 21 letras, a que foram acrescentadas, ainda no século I a.C., o Y e o Z, exclusivamente reservadas às palavras recentemente importadas do Grego. Destas 21 letras, apenas 9 têm forma e valor idênticos às do alfabeto grego (ABEIKMNOT). Quanto às outras, 7 correspondem a formas da variante ocidental do alfabeto grego (COLPRSX), e as restantes constituem inovações. São os casos, por exemplo:

- a) do F, que existia em Grego para representar o vau; ele foi utilizado em Latim, inicialmente no grupo FH e depois sozinho, para representar o f;
- b) do G; documentado apenas a partir de 269 a.C., é criado pelo acrescento de um pequeno traço na extremidade inferior do C, que até então representa tanto a velar surda como a velar sonora.

Estas inovações revelam a consciência que os Romanos tinham da inadequação do alfabeto à expressão gráfica da sua língua. Essa inadequação resultava não só da coerência, mas também da abundância.

Constitui exemplo de abundância a existência de três letras para representar a velar surda (CKQ), o que levou certos autores a considerarem as duas últimas como inúteis e de suprimir.

Mais importantes eram, porém, os casos de carência, entre os quais os mais sentidos e que deram origem a inovações foram os seguintes:

- a) falta de letra para representar a velar sonora, como já referimos, e que foi resolvida pelo século III a.C. com a criação de uma letra nova;
- b) falta de letras para representar as vogais longas; dada a importância fonológica da quantidade no sistema vocálico latino, é compreensível a preocupação dos autores quanto a este ponto; as inovações introduzidas para representar as longas foram variadas, mas a sua utilização nem se tornou sistemática nem duradoura; são elas:

a geminação da vogal (séc. II e I a.C.; processo imitado do Oco)

- o apex, espécie de acento colocado por cima da vogal (a partir de fins do séc. II a.C.)
- quanto ao i: representação por ei e ainda por I mais alto (i longa)

- c) situação idêntica se verifica em relação às consoantes: neste caso, a utilização geminada das consoantes, introduzida a partir do século III a.C., acaba por impor-se como regra a partir do século I a.C.; por outro lado, o uso do sicilicus, uma espécie de acento sobre a consoante, usado para o mesmo efeito a partir possivelmente do tempo de Augusto não teve sucesso;
- d) entre outras invocações de vida efémera, contam-se as do imperador Cláudio (45-54 d.C.):

- o antissigna (ʒ), para representar ps;
- o diagamma inuersum (ʒ), para representar o u com valor consonântico;
- o ʒ, para representar o som intermédio entre i e u em palavras como optimus (sinal usado no alfabeto osco e no alfabeto grego da Beócia, embora com valores algo diferentes);

- e) igualmente de vida efémera são a de Vétrio Flaco, que propôs, para representar o m final, o m de dois traços (ʌ) (utilizado no alfabeto úmbrico) e a de Ácio, que propôs, para representar a nasal palatal, o uso do grupo gy e de gc, em vez de ng e nc respectivamente (imitação do Grego).

Inovações devidas à evolução da língua.

No longo período que vai do século VII a.C. aos finais do século VIII a.C., a língua latina foi objecto de um vigoroso processo de transformação que

afectou não menos na sua estrutura interna que na sua implantação geográfica e na sua significação cultural.

A ortografia latina reflecte abundantemente os efeitos dessa transformação, facto que é uma consequência da aplicação da consuetudo como critério de correcção e da constante preocupação em aproximar a grafia da pronúncia. Quintiliano refere-se-lhe explicitamente ao dizer que :

orthographia quoque consuetudini seruit ideoque saepe mutata est.

Fazendo a seguir a história da ortografia, ele distingue sucessivamente os uetustissima tempora, em que as letras eram menos, a sua forma e o seu valor diferentes, os Latini ueteres, "que escreviam talvez como falavam", os ueteres, os Ciceronis tempora e os nostris praeceptores. Ao longo de toda a tradição gramatical, a oposição muito frequente entre ueteres (antiqui) e nos traduz exactamente a consciência omnipresente da profundidade histórica da questão e das alterações que a pontuam.

Considerando, em primeiro lugar, o período que vai até ao século I a.C., realçaremos:

- a) a transformação do s intervocálico em z e depois em r;
- b) a transformação de ditongos em vogais longas;
- c) o enfraquecimento do m e do s finais;
- d) a supressão do d final nas formas da flexão verbal e da flexão nominal, e sua aproximação do t final nas outras formas;
- e) o enfraquecimento do t final;
- f) a assimilação completa de consoantes no interior de palavras;
- g) a eliminação do n no grupo ns.

A reacção ortográfica a estas transformações foi a seguinte:

- a) o r substituiu sistematicamente o s/z intervocálico a partir do século III a.C., com o atraso de cerca de um século sobre a sua substituição na pronúncia;
- b) a supressão do d final correspondente à sua supressão na pronúncia;
- c) a utilização da geminação de consoantes para representar as consoantes longas;

d) quanto às vogais longas provenientes de ditongos, devido possivelmente ao facto de o alfabeto latino não oferecer letras próprias para as representar, o uso dos ditongos etimologicamente correspondentes mantém-se por bastante tempo; este uso alarga-se inclusivamente à representação de vogais longas etimologicamente não provenientes de ditongos; no entanto, no fim da época clássica já a grafia com ditongo é restringida às formas em que o ditongo se pronuncia como tal.

Curiosa é a reacção ao enfraquecimento do m, do s, do d e do t finais. Nas inscrições arcaicas e mesmo em textos de autores literários arcaicos, verifica-se a sua frequente supressão. Acontece, porém, que surge, já no século III a.C., uma viva reacção, que visa a sua grafia sistemática e que se impõe definitivamente, baseada na acção normativa dos gramáticos e na influência dos autores seguidos como modelos. Esta reacção, devida sem dúvida à necessidade de manter a nitidez das oposições morfológicas, processa-se contra a corrente da evolução da língua que continua o seu caminho. Estes não são, aliás, os únicos casos de reacção contracorrente: também, por exemplo, o n havia sido suprimido no grupo ns, mas depois repostos.

Em relação a este período podemos afirmar que a ortografia procura acompanhar a evolução fonética da língua, numa solução de compromisso entre a analogia e a consuetudo, isto é, entre o sistema da língua definido pela tradição gramatical e a pronúncia padrão, entendida aqui pronúncia como a das pessoas cultas da boa sociedade de Roma.

Muito diferente é o que se verifica a partir do século II d.C. Com efeito, a doutrina ortográfica, uma vez que se encontra fixada, deixa de poder acompanhar a evolução natural da língua e o seu afastamento em relação à pronúncia torna-se, assim, cada vez maior. A prática oficial na dependência da escola consegue manter-se fiel à norma clássica, mas a pressão da pronúncia contemporânea é avassaladora e irrompe sempre que o controle rigoroso da norma afrouxa um pouco; e daí que as inscrições não oficiais estejam cheias de "erros" ortográficos, assim como os mais variados textos, que podemos exemplificar com as cartas encontradas em papiros e com a Peregrinatio Aetheriae.

Cassiodoro mostra-nos que o afastamento entre a grafia e a pronúncia era já tão grande que impedia a compreensão dos textos. Para remediar tal situa

ção, para além de ter organizado uma selecta de textos de vários autores de ortografia, ele aconselha repetidas vezes que se leia assiduamente os orthographos antiquos (priscos). Isto quer dizer que uma das tarefas mais importantes neste período consistia em justificar a doutrina estabelecida e em tornar possível a sua utilização, já que, no dizer de Cassiodoro, a "orthographia ... sub ardua difficultate relictā monstratur". Daí o incremento de listas de erros a evitar, do tipo do Appendix Probi, que revelam não só a existência desses erros como também o sentido da evolução da pronúncia. Poderemos exemplificar com:

dolium per i scribendum, non doleum per e.

Daí igualmente o lugar cada vez mais importante dado nas obras sobre ortografia ao estudo dos vocábulos, particularmente sob o ponto de vista semântico, predominante já em obras como a de Agrécio (séc.V d.C.) e de Beda (séc. VII-VIII), transformando-as, por assim dizer, em manuais de dificuldades da língua. Poderemos exemplificar com:

quot quando numerus est, quando pronomen per d scribendum est.

Daí, enfim, as frequentes explicações sobre o uso do b/v, do o/u, do n/m, da aspiração, etc.

Inovações devidas à importação de palavras estrangeiras.

As palavras gregas compreendem a grande maioria dos estrangeirismos lexicais em Latim, e são as únicas cuja grafia aqui interessa. Na sua importação podemos considerar três períodos:

- a) período pré-literário (anterior ao século III a.C.), resultante dos contactos entre Gregos e Latinos na Itália, e que respeita sobretudo ao vocabulário das artes e ofícios;
- b) período literário (a partir do século III a.C.), e que respeita particularmente às letras, às artes e às ciências;
- c) período cristão (a partir de finais do século I d.C.), e que respeita especialmente à religião cristã.

Quanto à ortografia, verifica-se que o vocabulário importado no primeiro período e nos princípios do segundo período é adaptado inteiramente às normas latinas. A partir, no entanto, de fins do século II a.C., os novos empréstimos passam a apresentar grafias que procuram representar cada vez mais rigorosamente a fonética do original, e daí:

- a) o uso dos dígrafos ph, th, ch (em vez de p, t, c) para representar as surdas aspiradas do Grego, o rh para representar o ρ grego;
- b) o uso do y e do z (em vez de u e de ss), introduzidas no século I a.C., acrescentadas ao alfabeto para uso exclusivo nos empréstimos gregos recentes, e que representavam os próprios sons gregos.

Questões polémicas.

Não nos interessam aqui as pequenas tricas que por vezes afloram a propósito de um ou outro assunto nos textos que estudamos. Interessam-nos, sim, as questões de fundo ou de mais vasta explanação, que traduzem as dificuldades da disciplina, na sua relação com a gramática, com a teoria da linguagem, com a realidade fonética da língua.

A primeira questão é a que diz respeito à relação entre a analogia e a consuetudo, ou seja, entre a teoria e a prática, a regra e a excepção, a língua da ars grammatica e a do dia a dia. A polémica está presente ao longo de toda a tradição ortográfica: sabemos que geralmente o prato da balança pen- deu para a analogia, o que contribuiu para dar à disciplina ortográfica uma estabilidade que tornou possível que os textos latinos de um tão grande período, apesar de muitas vicissitudes, apresentem uma notável homogeneidade.

No que se refere a questões de pomenor, uma boa parte delas situa- -se no período de formação da disciplina ortográfica.

É o caso da representação gráfica da vogal que antecede a labial em palavras como optimus, libet, mancipium, sacrificare. Acontecia que a pronú- cia de tal vogal era intermédia entre i e u. Neste caso, a grafia antiga, que era com u, foi substituída por i devido à iniciativa de César, e, como diz Cassiodoro, devido à autoridade de tão importante senhor, o seu uso tornou-se generalizado.

É ainda o caso já mencionado de c/k/q. Como as três letras representavam a velar surda, certos autores consideravam as duas últimas como desnecessárias. A norma clássica veio a generalizar o uso da primeira, excepto no grupo qu, mantendo o k apenas em algumas formas estereotipadas.

Relacionada era a questão do qu. Deveria o u omitir-se, e grafar-se a labiovelar apenas com q, usando por exemplo qis em vez de quis? Havia, além disso, a disparidade verificada nos paradigmas flexionais do tipo sequor / secutus, loquor / locutus, qui / cui, em que a labiovelar havia passado a velar, variação que ocorria igualmente em formas isoladas do tipo de cotidie / quotidie.

Eram ainda as questões referentes às grafias:

- ens / -es
- ei / i
- ai / ae, especialmente em posição final
- uo / uu
- de prefixos com consoante final assimilada à consoante seguinte, como, por exemplo, ad-(t) / at-(t).

A controvérsia, aqui, pode resumir-se à seguinte questão: deve usar-se a grafia etimológica ou a fonética, ou, por outras palavras, nelas deve ser preferido o critério da etymologia (ratio) ou o da consuetudo?

Era, por último, a questão referente ao h, inicial ou medial. O enfraquecimento e desaparecimento da aspiração torna oscilante a sua representação gráfica. A aspiração é, no entanto, reposta na pronúncia culta por influência grega, a partir do século II a.C.; e, uma vez transformada em moda, tende até, numa atitude de hiper correcção, a ser introduzida mesmo em palavras latinas que etimologicamente a não possuíam, em algumas das quais se veio, aliás, a generalizar a correspondente grafia com h.

A partir do século I d.C., estas questões aparecem-nos igualmente referidas; mas, além destas, outras surgem que reflectem o conflito entre o cânon ortográfico e a pronúncia contemporânea. Trata-se, agora, menos de questões polémicas que de dificuldades ortográficas, uma vez que aos autores não se põe a questão de se dever optar entre uma forma ou outra, mas sim, de mostrar, por um lado, que uma forma é a tradicionalmente correcta e a outra é um desvio a essa forma e por isso de evitar, ou, por outro lado, que, para formas homófonas, uma

grafia corresponde a uma palavra e a outra a outra palavra, por terem significados e funções diferentes.

Tais dificuldades são muito numerosas. Seleccionamos dentre elas as seguintes:

- ae / e	exemplos: <u>uae/ue</u> , <u>quaeritur/queritur</u>
- oe / e	exemplo: <u>coepit/cepit</u>
- e / i	exemplos: <u>ueniunt/ueneunt</u> , <u>partim/partem</u> , <u>deduco/diduco</u>
- u / o	exemplo: <u>lepus/lepos</u>
-cul / cl	exemplo: <u>periculum/periclum</u>
- t / -d	exemplos: <u>quid/quit</u> , <u>at/ad</u> , <u>it/id</u>
- h / ꝥ	exemplos: <u>auena/habena</u> , <u>haud/aut</u> , <u>prehendo/prendo</u> <u>eo/eho</u> , <u>chilonem/chilonem</u>
- l / ll	exemplos: <u>malo/malle</u> , <u>mille/milia</u>
- b / u	exemplos: <u>aceruus/acerbus</u> , <u>auena/habena</u>

Sobre este último caso possuímos mesmo uma obra a ele exclusivamente dedicada, em que se faz uma descrição exaustiva das suas ocorrências, organizada segundo a ocorrência do b ou do u se verifica na sílaba inicial, na medial ou na final.

Teoria e prática ortográfica. Factores de convergência e factores de divergência.

As nossas fontes para o conhecimento da prática ortográfica durante o período que estamos a considerar são:

- as informações dos autores antigos, nomeadamente dos gramáticos e especialmente dos ortógrafos;
- os manuscritos produzidos neste período, nomeadamente os papiros;
- as inscrições.

Em geral, poderemos afirmar que a prática ortográfica apresenta uma variação notória, não só em relação à teoria ortográfica, mas também de época para época.

Também aqui se torna útil considerar em separado dois períodos divididos pelo século I d.C.

No primeiro período, a instabilidade é muito grande sobretudo antes da época clássica, abrangendo não só os textos de produção "popular", mas também os textos oficiais e os literários. Esta situação é devida ao facto de a língua latina sofrer, durante os séculos imediatamente anteriores à época clássica, uma vasta e profunda transformação de carácter fonético, de que resultam naturalmente oscilações numerosas na pronúncia, considerada em perspectiva de sincronia. E é ainda devida ao facto de a doutrina ortográfica estar em formação, traduzindo, por isso, muitas vezes os factos, as inovações que não vingam, as diferentes posições em discussão.

Com o século I a.C. e com a época clássica, a prática ortográfica dos textos literários e a dos textos epigráficos oficiais torna-se bastante estável, paralelamente à estabilização da doutrina ortográfica. Não é que não ocorram oscilações, consoante os autores ou as épocas, mas elas são em menor número e estão sob um relativo controle. Os desvios mais importantes verificam-se, então, nas inscrições ou papiros de produção "popular".

No que se refere ao segundo período, verifica-se que a prática ortográfica oficial se mantém na dependência estreita do cânon ortográfico, seguido religiosamente no ensino escolar. Desta dependência resulta, em consequência, o afastamento progressivo da realidade fonética contemporânea, mas tal afastamento dá, por sua vez, origem a uma avalanche de desvios, que os gramáticos procuravam conter e corrigir, não obstante o risco de os textos ganharem uma face estranha que exigiria aos leitores um esforço aturado para a penetra-rem.

Conclusão.

Para terminar, gostaria de fazer duas citações.

A primeira é de Cassiodoro, pertence à introdução do seu De orthographia e refere-se à utilidade da orthographia:

uox enim articulata a pecoribus nos sequestrat, scribendi uero ratio ab imperitis diuidit et confusis.

A segunda é de Quintiliano e contém as reflexões finais do seu texto sobre a orthographia:

Redit autem illa cogitatio, quosdam fore, qui haec quae diximus parua nimium et impedimenta quoque maius aliquid agentibus putent; nec ipse ad extremam usque anxietatem et ineptas cauillationes descendendum atque his ingenia concidi et comminui credo. Sed nihil ex grammaticae nocuerit, nisi quod superuacuum est. An ideo minor est M. Tullius orator, quod idem artis huius diligentissimus fuit, et in filio, ut epistulis apparet, recte loquendi asper quoque exactor? Aut uim C. Caesaris fregerunt editi de analogia libri? Aut ideo minus Messala nitidus, quia quosdam totos libellos non uerbis modo singulis, sed idem litteris dedit? Non obstant hae disciplinae per illas, euntibus, sed circa illas haerentibus.